

A PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR JUNTO DAS CRIANÇAS MALTRATADAS

DÉBORA FERNANDES

A Problemática dos Maus-Tratos Infantis: As suas Consequências nas Crianças

Os maus-tratos infantis envolvem todas as acções infligidas pelos adultos que atentem contra o desenvolvimento integral das crianças a vários níveis, quer ao nível físico, psicológico, emocional, comportamental, cognitivo, social e/ou cultural (Martins, 2002). Esta problemática adquire, nos dias de hoje, uma visibilidade crescente, uma vez que fazemos corresponder à infância um período de desenvolvimento específico com necessidades e problemas próprios que reclama uma maior preocupação e atenção aos/as adultos/as. O aprofundamento desta responsabilidade parental e social, associado ao desenvolvimento da concepção do que é a infância e dos esforços e especificidades por parte dos/as adultos/as que ela implica, originou um progressivo questionamento (ao nível político, social e científico) acerca da qualidade dos cuidados que os pais prestam às suas crianças (Ibidem).

Azevedo e Maia (2006) referem que os maus-tratos infantis, perpetrados no seio da família, poderão acarretar graves consequências para as crianças, quer a curto quer a longo prazo, ao nível físico, ao nível sócio-emocional, ao nível comportamental e ao nível cognitivo. No entanto, por um lado, não é fácil estabelecermos uma correlação entre as várias formas de mau-trato e as suas consequências a longo prazo, dada a possibilidade da co-ocorrência dos mesmos (Magalhães, 2005). Por exemplo, uma criança que apresente perturbações emocionais, devido aos maus-tratos de que é vítima, apresentará, simultaneamente,

problemas de desenvolvimento cognitivo e de comportamento, o que trará consequências ao nível da sua realização académica (Azevedo e Maia, 2006).

Os Maus-Tratos Perpretados à Infância: Inferências a Nível Académico

A diversidade de consequências que os maus-tratos acarretam a nível sócio-emocional e comportamental para as crianças influenciam, normalmente, o seu desenvolvimento cognitivo e, conseqüentemente, o seu desempenho e rendimento escolar. Contudo, não podemos reduzir as causas do baixo rendimento escolar das crianças, única e exclusivamente, aos problemas intrafamiliares, já que existem outros factores que estão também na base deste fenómeno, tais como: o baixo QI (quociente de inteligência) da criança, o próprio funcionamento e organização da escola, a deficiente articulação entre escola e família, o sistema educativo vigente, a sociedade, a cultura, entre outros (Azevedo e Maia, 2006). Mais ainda, não é possível estabelecermos uma relação linear de causa-efeito entre cada uma das tipologias de maus-tratos e os seus efeitos no aproveitamento e rendimento escolar das crianças, uma vez que estes caracterizam-se pela sua co-ocorrência, ou seja, as crianças nunca sofrem apenas de um tipo isolado de abuso (Ibidem). Neste sentido, é possível que as crianças maltratadas apresentem várias dificuldades de adaptação académica, independentemente do tipo de mau-trato de que são vítimas.

No que concerne às crianças vítimas de maus-tratos, os estudos demonstram que estas apresentam como principais dificuldades cognitivas problemas de atenção e de concentração, desmotivação e sentimentos de ineficácia, o que influencia, geralmente, de forma negativa, o seu desempenho na escola e as suas aprendizagens (Ossandón et al, 1998). Por sua vez, também o estado depressivo que é frequente nas crianças maltratadas, interfere nos seus processos de atenção e de motivação, que são «factores indispensáveis ao bom desempenho académico, uma vez que a dificuldade de pensar, de ficar atento ao trabalho e de se concentrar provoca, com frequência, uma fuga, um evitamento ou uma recusa ao trabalho facilmente chamada de “preguiça”, (...), o que leva ao fracasso escolar» (Azevedo e Maia, 2006: 109).

As crianças vítimas de maus-tratos, devido ao sofrimento a que são sujeitas, podem apresentar como consequência destes alterações de comportamento, por exemplo, atitudes mais agressivas para com os seus colegas e/ou professores. Ora, isso poderá fazer com que, na escola, sejam rotuladas como as “crianças problemáticas” pelos professores e pelos colegas e que estejam expostas cada vez mais a situações conflituosas o que, conseqüentemente, poderá ter efeitos no seu aproveitamento e desempenho académico (Ibidem). Para além destas consequências visíveis, algumas crianças podem ficar apáticas, sem acção. No entanto, é importante ressaltarmos que, muitas vezes, logo que a situação de abuso e/ou violência é modificada, por exemplo, quando o/a maltratante é obrigado/a a abandonar a casa, na escola as capacidades de concentração, de atenção, assim como as de memorização regressam progressivamente. Desta forma, a detecção e intervenção precoce nas situações de maus-tratos em crianças são cruciais, a fim de serem evitadas situações irreversíveis.

Por outro lado, os estudos também demonstram que as crianças vítimas de maus-tratos tendem a apresentar défices ao nível da linguagem e ao nível da comunicação, já que normalmente se caracterizam por serem detentoras de um vocabulário menos elaborado e por terem alguma dificuldade em expressar conceitos mais abstractos (Azevedo e Maia, 2006). Neste sentido, se uma criança maltratada manifestar dificuldades de linguagem e/ou de comunicação isso poderá limitar a sua participação em situações de interacção e de aprendizagem o que, conseqüentemente, contribuirá para perpetuar o seu fracasso tanto ao nível da linguagem, como ao nível das aprendizagens académicas.

Mas, será que existem diferenças nas consequências a nível cognitivo mediante o tipo de mau-trato que é sofrido pela criança? Moreira (2007) refere que as crianças vítimas de maus-tratos físicos tendem a ter problemas escolares significativos em quase todos os domínios académicos, mas mais especificamente ao nível da aprendizagem da linguagem e da matemática. Azevedo e Maia (2005), num estudo que realizaram sobre os impactos dos maus-tratos no rendimento académico das crianças, referem que as crianças que sofrem maus-tratos físicos graves têm maiores probabilidades de ter um aproveitamento escolar insuficiente. A longo prazo, estas crianças vítimas de maus-tratos

físicos poderão ter problemas escolares significativos e, até mesmo, estar em risco de abandonar a escola (Moreira, 2007).

Já as crianças vítimas de maus-tratos psicológicos, ao nível do desempenho escolar, devido às ofensas à sua auto-estima e auto-conceito de que possam ter sido vítimas, são as que acabam por necessitar de uma maior supervisão por parte dos/as professores/as para completarem as duas tarefas e as que têm mais défices de criatividade e de entusiasmo para a aprendizagem (Ibidem). Por sua vez, as crianças vítimas de abuso sexual, devido à grande carga emocional inerente a este, são as que possivelmente estarão mais sujeitas a sentir dificuldades de adaptação ao ambiente escolar; uma avultada perda de interesse pelas actividades que lhes eram aprazíveis anteriormente ao abuso; dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, uma quebra repentina no aproveitamento escolar (Azevedo e Maia, 2006 e Moreira, 2007).

Por fim, as crianças negligenciadas são aquelas que poderão apresentar problemas mais graves ao nível das suas aprendizagens e do rendimento académico, pois, como sofrem em casa uma grande falta de estimulação devido às condições caóticas em que vivem, poderá ser visível nestas crianças dificuldades de concentração; baixas expectativas educacionais e falta de reforço e encorajamento na aprendizagem (Moreira, 2007). Relativamente a esta questão, Azevedo e Maia (2005) aferiram no seu estudo que as crianças vítimas de negligência são as mais ansiosas, as mais desatentas e as que, concludentemente, apresentam maiores dificuldades escolares. Neste sentido, a negligência é a tipologia de maus-tratos infantis que parece estar mais associada ao menor desempenho escolar das crianças, uma vez que parece ter mais efeitos a longo prazo no êxito escolar do que as outras formas de abuso (Azevedo e Maia, 2005 e 2006 e Moreira, 2007).

De forma geral, em contexto escolar as crianças maltratadas são consideradas mais «impulsivas, menos flexíveis, menos motivadas, com maior necessidade da disciplina e com mais dificuldades em aprender» (Moreira, 2007: 62). Em comparação com crianças não maltratadas, as maltratadas são as que apresentam piores resultados

escolares, as que têm maior propensão para repetirem o ano escolar, as que têm um maior número de faltas disciplinares, as que são mais dependentes dos seus professores e as que apresentam maiores distúrbios na sala de aula (Azevedo e Maia, 2005).

As Possibilidades de Acção na Promoção do Sucesso Escolar Junto das Crianças Vítimas de Maus-Tratos

Ante os aspectos mencionados anteriormente, podemos aferir que os maus-tratos podem acarretar conseqüências graves para as crianças, nas múltiplas faces do seu desenvolvimento pessoal e social. Porém, será que podemos considerar a imutabilidade dos efeitos dos maus-tratos infantis acima referidos no desempenho académico? Será que não existe uma possibilidade de atenuação e/ou eliminação destas conseqüências?

Neste âmbito, a escola assume um papel central, não só porque é um local fulcral de socialização e de desenvolvimento para as crianças, mas também porque o contexto de sala de aula poderá contribuir para o desenvolvimento destas competências essenciais a uma criança resiliente sendo, de igual modo, uma ajuda singular para que esta aprenda e consiga lidar com as possíveis conseqüências adversas acarretadas pelos maus-tratos (Moreira, 2007). De facto, segundo Azevedo e Maia (2006: 134), «a escola deverá preocupar-se com a implementação de actividades onde se privilegie o desenvolvimento de competências pessoais e sociais-chave: tais como: promoção de uma boa auto-estima; desenvolvimento de competências de comunicação intra e interpessoal; desenvolvimento nas crianças da criatividade e espírito crítico; promoção da cooperação, etc.». De igual modo, também o Ministério da Educação (2001) defende que, à saída da educação básica, os/as alunos/as deverão ser capazes de, entre outras coisas, adoptarem estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões; de terem uma consciência da sua identidade pessoal e social; e de relacionarem «harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida» (Ibidem: 15). Em suma, cada vez mais a escola «terá de se consciencializar de que a sua tarefa não se pode limitar à transmissão de conhecimentos mas deverá proporcionar,

paralelamente, uma educação estimuladora de todas as capacidades dos/as alunos/as. Para além da dimensão cognitiva, (...) a escola deverá valorizar as dimensões afectivas, sociais e éticas» (Azevedo e Maia, 2006: 132), já que os alunos não são somente receptáculos de conhecimentos, mas também seres holísticos, portadores de sentimentos.

Assim, é fundamental que, na sala de aula, os/as docentes estabeleçam um contexto seguro e previsível, para que se propicie um ambiente estruturado e seja possível uma regulação dos comportamentos; procurem que as necessidades das crianças, ao nível da alimentação, higiene e vestuário, sejam satisfeitas; sejam emocionalmente estáveis, já que as crianças vítimas de maus-tratos provavelmente estão imersas em casa num ambiente de instabilidade afectiva; estar atentos/as ao estado emocional das crianças, procurando ajudá-las no que necessitem, valorizando as suas qualidades e aceitando-as incondicionalmente; proporcionar, através de várias actividades, o treino de competências sociais, a identificação, diferenciação, expressão e gestão de emoções, o treino de resolução de problemas, a tomada de decisão e a promoção da auto-estima e da auto-eficácia; entre outros aspectos (Trudel et al, 2002 e Moreira, 2007).

Do mesmo modo, Wolchik et al (1997) defendem que, se forem criadas condições para que as crianças maltratadas possam interagir e/ou estabelecer relações interpessoais positivas e significativas com pessoas pertencentes ao contexto extra-familiar, estas poderão desenvolver uma imagem mais positiva acerca de si; uma maior capacidade para lidarem com as situações de maus-tratos; encontrar novas formas para lidarem com os problemas e/ou obstáculos que lhes vão surgindo e, naturalmente, fazer com que o seu desenvolvimento pessoal e social se desenrole de forma saudável e com que sejam resilientes. Contudo, estas competências poderão ser, de igual modo, promovidas por outras instituições educativas frequentadas pelas crianças (associações de solidariedade social, desportivas, entre outras) e não só pela escola, uma vez que consideramos que os indivíduos se desenvolvem mediante uma perspectiva ecológica, na qual o desenvolvimento é encarado como um envolvimento dinâmico entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia (Cecconelo et al, 2000).

Seguindo a linha do mesmo autor é imprescindível, no âmbito dos maus-tratos infantis, que todos/as os/as profissionais de educação (professores/as, educólogos/as, educadores/as sociais, auxiliares de acção educativa, entre outros/as) participem em acções de formação, de modo a que desenvolvam competências de prevenção, detecção e intervenção nestes. De facto, também Doudin et al (2000) referem que, como os maus-tratos podem acarretar para as crianças consequências graves ao nível intelectual, comportamental e relacional, se os/as profissionais que trabalham com elas não estiverem sensibilizados/as e/ou consciencializados/as para lidarem com esta problemática, acabarão por interpretar as suas atitudes e comportamentos de forma errónea, "etiquetando-os" como delinquentes, violentas, pouco inteligentes, etc. Ora, isto poderá contribuir para reforçar a imagem negativa que as crianças poderão ter de si próprias e afectar o desenvolvimento da sua personalidade e auto-confiança, já que os/as profissionais acabariam por adoptar uma posição idêntica à família maltratante, no sentido em que perpetuariam a ideia de que estas eram mal-amadas e, de igual modo, excluídas do grupo e/ou comunidade (Ibidem).

Também Fernandes (2008), refere que os/as profissionais de educação, embora estejam muito sensibilizados/as para a problemática dos maus-tratos infantis, não estão nem se sentem suficientemente preparados/as para detectar ou intervir em situações deste cariz. Assim, torna-se pertinente e premente o desenvolvimento de acções de formação acerca dos maus-tratos infantis junto dos/as profissionais de educação, para que estes desenvolvam a sua intervenção tendo como finalidade última o bem-estar da criança e o seu desenvolvimento saudável e, naturalmente, de modo a fazer-se cumprir a Declaração Universal dos Direitos das Crianças.

De facto, os/as profissionais de educação deverão apostar na sua formação nesta área, de modo a que possam fomentar a sua acção no sentido de serem capazes de desenvolver, em rede e/ou equipas multidisciplinares, programas específicos de intervenção social que contribuam, efectivamente, para a melhoria da qualidade de vida das crianças em risco e/ou vítimas de maus-tratos (Azevedo e Maia, 2006; Moreira, 2007). Isto porque, «acreditamos que se todos/as

nós, enquanto responsáveis pela educação de um país, colaborarmos com o nosso sistema educativo e procurarmos definir estratégias e encontrar respostas, conseguiremos melhorar as condições de vida das nossas gerações vindouras» (Santos, 2007: 198).

Por sua vez, é importante que se desenvolva junto com as crianças maltratadas um projecto de vida. Mas o que é que isto implica? O incremento de um projecto de vida junto destas crianças implica, essencialmente, o desenvolvimento de programas de atendimento e de apoio, continuados no tempo e personalizados para crianças vítimas de violência, já que todas elas têm características, potencialidades e aspirações diferentes; uma dinamização e uma articulação com todos/as os/as profissionais envolvidos na situação das crianças, estabelecendo redes e parcerias para o tratamento e desenvolvimento no caso. De facto, é fundamental que os/as profissionais percebam e apreendam a complexidade do fenómeno dos maus-tratos infantis e que procurem desenvolver «uma abordagem interdisciplinar, sistémica e global, quer no domínio do estudo do fenómeno quer no das acções para o prevenir ou no das respostas aos casos (...). Esta interdisciplinaridade não implica a perda de identidade dos diversos profissionais mas antes uma conjugação de esforços que, numa interligação, só poderá valorizar ao papéis e funções de cada um» (Azevedo e Maia, 2006: 23). Moreira (2007) refere mesmo que é importante que os/as profissionais da educação, principalmente os que contactam e/ou trabalham directamente com as crianças, percebam que assumem um papel fundamental no seu desenvolvimento e, inevitavelmente, uma responsabilidade acrescida na prevenção, na denúncia de casos de maus-tratos e na ajuda prestada a estas para que superem os traumas e dificuldades a que foram sujeitas. Por outro lado, é pertinente que no estabelecimento destas redes de apoio os profissionais tenham consciência de que estas serão uma forma de efectivar a ideia de que o desenvolvimento humano é indissociável do contexto ecológico em que decorre, daí estes ao fazerem parte dos vários sistemas que interferem no desenvolvimento das crianças se constituírem em figuras fundamentais no seu desenvolvimento e terem o poder de prevenir, detectar e intervir em casos de maus-tratos infantis (Menezes, 1999 e Azevedo e Maia, 2006).

Todas as possibilidades de acção junto das crianças maltratadas que têm vindo a ser sugeridas poderão ser perspectivadas como factores de protecção que atenuam os factores de risco, ou seja, como factores que permitem o potenciamento de um desenvolvimento pessoal e social saudável, bem como a resiliência junto destas crianças, em todos os domínios afectados por toda a conjuntura de violência que vivenciam, incluindo o académico.

Por sua vez, é, de igual modo, essencial salientarmos que «acreditamos que se todos[as] nós, enquanto responsáveis pela educação de um país, colaborarmos com o nosso sistema educativo e procurarmos definir estratégias e encontrar respostas, conseguiremos melhorar as condições de vida das nossas gerações vindouras» (Santos, 2007: 198). Neste sentido, assume-se fundamental o desenvolvimento de investigações que se dediquem à compreensão do fenómeno dos maus-tratos infantis, ao nível da sua prevenção, detecção e intervenção, do seu impacto social e das suas consequências nas crianças, para que os/as profissionais e a sociedade em geral fiquem mais sensibilizados/alertas para esta realidade cruel que assombra cada vez mais crianças. Como disse Helen Keller: «embora o mundo esteja cheio de sofrimento, também está cheio de formas de o superar»¹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Maria do Céu e MAIA, Ângela da Costa (2005) "Maus-Tratos e Rendimento Académico num Meio Socioeconómico Desfavorecido". In *Infância e Juventude*, pp.27-57.
- AZEVEDO, Maria do Céu e MAIA, Ângela da Costa (2006) *Maus-tratos à Criança*. Lisboa: CLIMEPSI EDITORES.
- BELSKY, Jay (1980) "Child Maltreatment: An Ecological Integration". In *American Psychologist*, 35, n.º4, pp.320-335.
- CECCONELLO, Alessandra Marques e KOLLER (2000) "Competência Social e Empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza", *Estudos de Psicologia*, 5 (1), 71-93.

¹ Citação retirada do site: <http://forum.valinor.com.br/showthread.php?t=2231&page=7>

DOUDIN, Pierre-André e ERKOHEN-MARKÜS, Miriam (2000) "Elèves Violents: Quels Risques Pour L'école?". [On-line] <http://www.relationsansviolence.ch/documents/doudin-erkohen.htm>, 19/11/2007.

FERNANDES, Débora Fabiana Nunes (2008) "O Papel dos/as Profissionais de Educação na Prevenção, Detecção e Intervenção nos Maus-Tratos Infantis: A Pertinência e a Premência da Formação". Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Porto: FPCE-UP.

FIGUEIREDO, Bárbara (1998) "Maus-Tratos à Criança e ao Adolescente (II): Considerações a Respeito do Impacto Desenvolvimental". In *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, pp. 197-216. Braga: Universidade do Minho.

MAGALHÃES, Teresa (2005) *Maus-Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.

MARTINS, Paula Cristina (2002) *Maus-Tratos a Crianças: O Perfil de um Problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

MENEZES, Isabel (1999) *Desenvolvimento Psicológico na Formação Pessoal e Social*. Porto: Edições ASA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Departamento da Educação Básica (2001) *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação.

MOREIRA, Paulo (2007) *Guia do Educador Face aos Maus-Tratos: Para crianças dos 0 aos 14 anos*. Porto: Porto Editora.

OSSANDÓN, Valera Arredondo; DONOSO, Marianne Knaak; MENDIGUREN, Gonzalo Lira; SILVA, Ana Silva e ZAPATA, Ivan Zamora (1998) *Maltrato Infantil: Elementos Básicos Para su Comprensión*. Chile: Centro de Promoción y Apoyo a la Infancia. [On-line] http://www.derechosdelainfancia.cl/ficha_documento.php?id_doc=77.

SANTOS, Sandra Marisa da Costa (2007) *Infância Confiscada: contributos para o estudo da educação das crianças em situação de risco de exclusão escolar e social no 1º ciclo do ensino básico*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação: Área da Administração e Gestão Educacional. Lisboa: Universidade Aberta.

TRUDEL, Marcel; PUENTES-NEUMAN, Guadalupe e NTEBUTSE, Jean Gabin (2002) "Les Conceptions Contemporaines de l'enfant à risque et la Valeur Heuristique de Construit de Résilience en Éducation", *Revue Canadienne de L'Éducation*, 27 (2/3), 153-173.

WOLCHIK, Sharlene e SANDLER, Irwin N. (1997) *Handbook of Children's Coping: Linking Theory and Intervention*. New York: Plenum Press.

DOUDIN, Pierre-André e ERKOHEN-MARKÜS, Miriam (2000) "Elèves Violents: Quels Risques Pour L'école?". [On-line] <http://www.relationsansviolence.ch/documents/doudin-erkohen.htm>, 19/11/2007.

FERNANDES, Débora Fabiana Nunes (2008) "O Papel dos/as Profissionais de Educação na Prevenção, Detecção e Intervenção nos Maus-Tratos Infantis: A Pertinência e a Premência da Formação". Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Porto: FPCE-UP.

FIGUEIREDO, Bárbara (1998) "Maus-Tratos à Criança e ao Adolescente (II): Considerações a Respeito do Impacto Desenvolvimental". In *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, pp. 197-216. Braga: Universidade do Minho.

MAGALHÃES, Teresa (2005) *Maus-Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.

MARTINS, Paula Cristina (2002) *Maus-Tratos a Crianças: O Perfil de um Problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

MENEZES, Isabel (1999) *Desenvolvimento Psicológico na Formação Pessoal e Social*. Porto: Edições ASA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Departamento da Educação Básica (2001) *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação.

MOREIRA, Paulo (2007) *Guia do Educador Face aos Maus-Tratos: Para crianças dos 0 aos 14 anos*. Porto: Porto Editora.

OSSANDÓN, Valera Arredondo; DONOSO, Marianne Knaak; MENDIGUREN, Gonzalo Lira; SILVA, Ana Silva e ZAPATA, Ivan Zamora (1998) *Maltrato Infantil: Elementos Básicos Para su Comprensión*. Chile: Centro de Promoción y Apoyo a la Infancia. [On-line] http://www.derechosdelainfancia.cl/ficha_documento.php?id_doc=77.

SANTOS, Sandra Marisa da Costa (2007) *Infância Confiscada: contributos para o estudo da educação das crianças em situação de risco de exclusão escolar e social no 1º ciclo do ensino básico*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação: Área da Administração e Gestão Educacional. Lisboa: Universidade Aberta.

TRUDEL, Marcel; PUENTES-NEUMAN, Guadalupe e NTEBUTSE, Jean Gabin (2002) "Les Conceptions Contemporaines de l'enfant à risque et la Valeur Heuristique de Construit de Résilience en Éducation", *Revue Canadienne de L'Éducation*, 27 (2/3), 153-173.

WOLCHIK, Sharlene e SANDLER, Irwin N. (1997) *Handbook of Children's Coping: Linking Theory and Intervention*. New York: Plenum Press.